

# Ética em Telemedicina-Telerradiologia



Telemedicina, por definição, é a oferta de serviços ligados aos cuidados da saúde nos casos em que a distância é um fator crítico. Tais serviços, são providos por profissionais da área de saúde usando tecnologias de informação e de comunicação para o intercâmbio de informações válidas para o diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças.

Além disso, essa ferramenta da informática, permite a educação continuada e à distância de prestadores de serviços em saúde, assim como, para fins de pesquisa e aperfeiçoamento. A diferença básica entre a medicina convencional e a medicina utilizando tecnologias de informação é que, na telemedicina, o que “viaja” é a informação ou os dados do paciente.

Esta tecnologia permite portanto que haja uma maior

abrangência, logo um melhor atendimento dos pacientes em áreas distantes ou remotas ou, em casos de difícil diagnóstico em que sejam necessários atendimentos especializados em centros de referência e excelência através, por exemplo, de sessões de segunda opinião utilizando sistemas de videoconferências.

Dentre as diversas submodalidades da telemedicina inclui-se: o telediagnóstico e a teleconsultoria. Na radiologia médica, habitualmente, chama-se genericamente de telerradiologia a qualquer diagnóstico à distância (telediagnóstico) ou, consulta para segunda opinião (teleconsultoria); o que bem se vê, correspondem a modalidades diferentes. Todavia, em ambas, há de se cuidar da ética em telemedicina.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) já reconhece oficialmente e regulamenta no Brasil a prestação de serviços por meio da Telemedicina. A resolução de nº 1643/2002, disponível no portal ([http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1643\\_2002.htm](http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1643_2002.htm)) determina:

“Art. 2º - Os serviços prestados através da Telemedicina deverão ter a infra-estrutura tecnológica apropriada, pertinentes e obedecer as normas técnicas do CFM pertinentes à guarda, manuseio, transmissão de dados, confidencialidade, privacidade e garantia do sigilo profissional”.

“Art. 4º - A responsabilidade profissional do atendimento cabe ao médico assistente do paciente. Os demais envolvidos responderão solidariamente na proporção em que contribuírem por eventual dano ao mesmo”.

Desta forma, há de ficar claro e regulamentado que, em qualquer que seja a modalidade da telerradiologia, ou melhor do telediagnóstico ou da teleconsultoria, o responsável legal pelo laudo do paciente é sempre o médico que está fisicamente junto ao paciente e, a confidencialidade de seus dados, deve ser sempre respeitada utilizando tecnologias seguras de transmissão de dados.

*Dra. Alexandra Monteiro é membro da Comissão de Telerradiologia do CBR*